

Que Vença O Melhor Argumento: As Notas De Rodapé Como Artifício Argumentativo Em *Casa Grande & Senzala*¹

Dr. Eliézer Cardoso de Oliveira (UEG)

E-mail: ezi@uol.com.br *

Graduanda Vanessa Carnielo Ramos (UEG)

E-mail: vanessacarnielo@hotmail.com **

RESUMO

Este texto analisa as notas de rodapé no livro *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, considerando-as, não como mero apêndice do texto, mas como uma estratégia argumentativa, utilizada pelos historiadores para apoiar os seus argumentos em obras de outros historiadores ou para confrontá-las. O texto é dividido em três tópicos: 1) o uso das notas de rodapé no texto histórico; 2) o texto histórico como estratégia argumentativa; e 3) o uso das notas de rodapé por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*.

Palavras-Chave: Notas de rodapé; Jörn Rüsen; *Casa Grande & Senzala*

ABSTRACT

This text analyses the footnotes in the book *Casa Grande & Senzala* by Gilberto Freyre, considering them not as mere appendix of the text, but as a rhetorical argumentative strategy used by historians to support their arguments on the historians's works or to compare them. The text is divided into three topics: 1) the use of footnotes in historical text, 2) the historical text as rhetorical argumentative strategy, and 3) the use of footnotes by Gilberto Freyre in *Casa Grande e Senzala*.

Keyword: Footnotes; Jörn Rüsen, *Casa Grande & Senzala*

Introdução

O objetivo desta pesquisa é analisar as pequeninas e subestimadas notas de rodapé presentes no texto historiográfico. A hipótese é que essas notas possuem uma importância fundamental, no texto histórico, exercendo várias funções de natureza retórica e argumentativa, procurando, nesse sentido, convencer o leitor

¹ Este texto foi resultado da pesquisa realizada na Universidade Estadual de Goiás "Os alicerces de *Casa Grande & Senzala*: análise historiográfica das notas de rodapé", realizada durante em 2009-2010.

* Professor do curso de História da UEG-Anápolis e Doutor em Sociologia da UnB.

** Graduanda do curso de História da UEG-Anápolis e bolsista de iniciação científica do CNPQ.

sobre a verdade ou sobre a plausibilidade do que está sendo afirmado pelo autor. Isso implica, necessariamente, um diálogo com os “narrativistas”, ou seja, o conjunto de autores que consideram a escrita da história como imprescindível para a reflexão teórica sobre o significado do trabalho executado pelos historiadores.

Evidentemente, houve uma inversão de prioridades na análise do texto histórico. Em vez de se priorizar o texto principal, como é de praxe nas análises historiográficas, priorizar-se-á o texto secundário das notas de rodapé. Essa postura segue o “método indiciário”, proposto por Carlos Ginzburg como um paradigma do conhecimento histórico. Esse método foi inspirado na descoberta do crítico de arte Giovanni Morelli, ao perceber que, para distinguir uma obra de arte falsa da verdadeira, era fundamental examinar “os pormenores mais negligenciáveis: os lóbulos da orelha, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés” (GINZBURG, 1989, p. 144). A partir disso, Ginzburg mostrou um rol de disciplinas e práticas culturais que fazem uso de indícios para atingir o conhecimento proposto: os caçadores do neolítico, os adivinhos mesopotâmicos, os médicos da Grécia Antiga, os detetives modernos, os antropólogos, os historiadores. Dentro desta linha, as notas de rodapé podem ser consideradas indícios e sinais reveladores da forma de argumentar e de escrever de determinado autor. Em vez de ficar embasbacado pelo deslumbrante sorriso da Mona Lisa, far-se-á uma análise mais indiscreta e invasiva, olhando de perto para o lóbulo de sua orelha.

Esse texto será dividido em três partes. Na primeira, far-se-á uma breve análise histórico-social das notas de rodapé e o papel que elas desempenham no texto histórico. Em seguida, far-se-á uma consideração dos elementos narrativos presentes no texto histórico, a partir, principalmente, das teorias de Jörn Rüsen. Finalmente, será feito um estudo empírico do uso das notas de rodapé num texto histórico, a partir da análise de *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre.

I. O uso das notas de rodapé no texto histórico:

O uso das notas de rodapé é um recurso textual comumente usado pelos historiadores com as seguintes funções: discorrer sobre temas considerados por

demais periféricos para estar no texto principal, explicitar melhor alguns conceitos utilizados ao longo do texto, citar as fontes da pesquisa utilizadas no texto e sua localização, remeter-se a outros autores, buscando apoio para argumentação ou ressaltando a discordância.

As notas de rodapé é um instrumento textual bastante antigo, seu uso documentado remonta aos comerciantes fenícios da Antiguidade que colocavam notas nos papiros, com o objetivo de aprimorar as explicações das transações comerciais. Seu uso era difundido entre os gregos e romanos. Na Idade Média elas eram utilizadas para explicar aos recém-convertidos e poucos alfabetizados líderes políticos europeus aspectos específicos da religião cristã (GAERTNER, 2002).

No entanto, as modernas notas de rodapé estão relacionadas às inovações técnicas que acompanharam a difusão do livro no Ocidente, por exemplo, a utilização da ordem alfabética para ordenar verbetes de dicionários e enciclopédias, o uso do sumário e do índice para informar sucintamente ao leitor sobre os assuntos, a publicação de obras de referência sobre determinados temas, etc. A partir do século XVII, as notas de rodapé tiveram um significado especial para o conhecimento histórico, pois foram usadas como garantia da objetividade e da erudição crítica.

Entre os historiadores, o surgimento da indução estava ligado à nota de pé de página. O termo 'nota de pé de página' não deve ser tomado literalmente. O importante era a difusão da prática de dar algum tipo de orientação ao leitor de um texto particular sobre aonde ir para encontrar a evidência ou informações adicionais, fosse essa informação dada no próprio texto, à sua margem ("nota lateral"), ao pé ("nota de página" ou "de rodapé"), ao final ou em apêndices especiais de documentos. (BURKE, 2003, p. 184).

Esse método crítico exigia do historiador que citasse as fontes utilizadas na pesquisa documental, de forma que oferecesse ao leitor uma comprovação do que estava escrito, para que garantisse o rigor "científico" do texto e o afastasse dos ensaios históricos mal-documentados. Assim existia uma ligação entre as fontes e as notas de rodapé, uma vez que era ao fim da página que o leitor encontraria o "endereço" das fontes utilizadas.

Posteriormente, a partir do século XVIII, as notas serviram também para o diálogo entre os diversos historiadores, ou seja, expressar nas notas de rodapé

uma concordância ou discordância em relação a obras escritas por outros historiadores. No século XIX, com Ranke e seus seguidores, as notas atingem o seu apogeu no trabalho historiográfico, passando a ser um ingrediente fundamental da objetividade do trabalho do historiador. No século XX, a concepção histórica de Ranke foi demolida por várias tendências – marxistas, *Annales*, weberianos –, mas nenhuma delas abriu mão das notas de rodapé.

Apesar desse uso indiscriminado e secular, as notas de rodapé ainda não mereceram as devidas atenções por parte dos historiadores. Isso é bastante surpreendente, se levar em conta o fato de que, nos últimos 30 anos, depois que Lawrence Stone “ressuscitou a narrativa¹”, apareceu uma grande quantidade de livros que analisaram a escrita da história², mas praticamente nenhum deles considerou as notas como uma parte importante do texto histórico.

O tema – notas de rodapé – é inusitado, porém não descabido dentro da tradição historiográfica. As notas de rodapé são partes do texto praticamente desprezadas pelos leitores, mas que, dependendo do autor, escondem verdadeiras preciosidades em meio a letras miúdas no fim de página ou de capítulo. Um dos estudos pioneiros sobre as notas de rodapé na historiografia é o trabalho de Anthony Grafton, *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre as notas de rodapé*. Neste livro, o autor compara o uso das notas de rodapé no texto histórico com a importância do banheiro nas residências:

Como o banheiro, a nota de rodapé moderna é essencial à vida histórica civilizada; como o banheiro, ela parece ser um assunto entediante para a conversação polida e chama a atenção, na maioria das vezes, quando funciona mal. Como o banheiro, as notas de rodapé descem suavemente pela tubulação – muitas vezes, recentemente, nem mesmo no pé da página, mas no fim do livro. (GRAFTON, 1998, p.17).

Apesar desse pouco interesse do público em ler e, muito menos, de refletir sobre as notas, o autor destaca que as notas são o elo comum para duas tarefas consideradas básicas na historiografia:

¹ Trata-se do artigo *The revival of narrative* (STONE, 1991), publicado em 1979 numa importante revista inglesa que provocou bastante polêmica. É evidente que antes do artigo, a discussão sobre narrativa na história já era feita por inúmeros historiadores.

² Um levantamento desprezioso de obras históricas que incorpora no título a palavra “escrita” aponta para as seguintes publicações: *Escrita da História* (Michel Certeau), *Como se escreve a história?* (Paul Veyne), *A escrita da História* (Peter Burke), *Escrita, linguagem, objetos* (Sandra J. Pesavento), *A história escrita* (Jurandir Malerba). Caso considerasse o termo “narrativa” como sinônimo de escrita, a quantidade de obras aumentaria de maneira assombrosa.

Examinar todas as fontes relevantes para a solução de um problema e construir uma nova narrativa a partir delas. A nota de rodapé prova que ambas as tarefas têm sido levadas a cabo. Ela identifica tanto a prova primária que garante a solidez da novidade da história quanto as obras secundárias que não minam a forma e a tese de sua novidade. (Idem, p. 16).

Além dessas funções “metodológicas” de referenciar as fontes pesquisadas e a bibliografia lida, as notas têm uma função retórica importante no texto histórico: “convencem o leitor de que o historiador realizou uma quantidade aceitável de trabalho, o suficiente para mentir dentro dos limites toleráveis do campo” (idem, p. 30). Ironias à parte, a afirmação de Grafton mostra bem a evolução da historiografia que, no século XX, rejeitou o pressuposto novecentista de que “o texto convence, as notas provam” e passa a dar mais importância aos pressupostos retóricos presentes na escrita da história, inclusive nas notas de rodapé. Por isso, é urgente – diante da grande produção sobre narrativa – reavaliar o papel das notas de rodapé no texto histórico. Nesse sentido, as considerações de Jörn Rüsen sobre a teoria da História serão de extrema valia.

II. O texto histórico como artefato argumentativo

Jörn Rüsen é um historiador que possui uma grande influência entre os interessados pela teoria da História no Brasil. O reconhecimento mundial de suas reflexões sobre a teoria da História deve-se, principalmente, ao fato de ele ter produzido, talvez, a mais consistente resposta ao terremoto *Metahistória*, de 1973, que abalou as bases epistemológicas da disciplina História. Rüsen foi um dos que, aproveitando os escombros caídos no chão, procurou construir um novo templo de Clio, não tão sólido e duro como aquele construído no século XIX, mas um edifício flexível o bastante – como as construções japonesas – e capaz de suportar abalos sísmicos de grande magnitude.

Evidentemente, suas reflexões têm outros méritos. O maior deles, talvez, foi tentar construir uma posição mediana entre os extremos: narrativa e pesquisa, ciência e cultura, modernidade e pós-modernidade, objetivismo e subjetivismo, nomologia e hermenêutica, racionalidade e irracionalidade, Marx e Weber.

Além disso, é um autor representativo de uma tendência dominante no final do século XX de pensar “teoria da História”, em vez de “a” teoria da História: ela deixa de ser específica a cada vertente historiográfica (Escola Metódica, Marxismo, *Annales*, etc.) e passa ser uma reflexão geral, válida para obras de todas as vertentes. Esse formalismo analítico é bem evidente quando Rüsen afirma que

A teoria é o plano da ciência da história em que a visão de conjunto é adquirida. A teoria cuida para que o conjunto da floresta da ciência especializada, como constituição estrutural do pensamento histórico, não seja perdido de vista nos múltiplos processos de conhecimento histórico, em benefício das árvores dos processos particulares. (RÜSEN, 2001, p. 27).

Aproveitando a ecológica metáfora do autor, deduz-se que para enxergar a floresta em vez das árvores isoladas, é necessário um lugar alto e estratégico o suficiente para livrar-se do ofuscamento produzido pela copa das árvores. Em Rüsen, esse local estratégico que o permitiu enxergar as diversas espécies de árvores – as diferentes matrizes teóricas – que formam a floresta da História é a sua bem conhecida matriz disciplinar.

A Matriz Disciplinar são os cinco princípios básicos e fundamentais presentes no conhecimento científico produzido por historiadores profissionais. Em formato circular, os elementos da Matriz são os seguintes:

- 1) *Interesses*: consiste na já bem conhecida e aceita constatação de que o interesse pelo passado humano é resultante de uma inquietação do presente. Croce foi um dos pioneiros em formular essa idéia quando afirmou que “toda história é história contemporânea¹” e, anos depois, na França, os fundadores dos *Annales* popularizaram isso com sua “história-problema”. A especificidade de Rüsen foi de mostrar esse interesse pela história como um antídoto à inquietação psicológica da passagem inexorável do tempo, que traz medo, dúvidas, velhice, doenças e morte.
- 2) *Idéias*: ou perspectivas orientadoras do passado são as categorias, as perspectivas, os conceitos que os historiadores profissionais utilizam para

¹Croce afirmou: “o que constitui a história pode se assim descrito: trata-se do ato de entendimento e compreensão induzido pelas exigências da vida prática”. (CROCE, 2006, p. 26). Curiosamente bem semelhante à justificativa de Rüsen do interesse humano pela História: “as carências fundamentais de orientação da prática humana da vida no tempo, que reclamam o pensamento histórico” (RÜSEN, 2001, p. 30).

interpretar e selecionar os acontecimentos do passado. Longe do empirismo historicista ingênuo do século XIX, Rüsen está afinado com as principais matrizes teóricas do século XX – Marxismo, *Annales* e Sociologia do Conhecimento de Weber – ao propor uma história conceitual.

- 3) *Métodos de pesquisa empírica*: são as fontes históricas e as técnicas de tratamento utilizadas pelos historiadores profissionais. Aqui se nota o realismo de Rüsen, quando afirma que não é possível produzir conhecimento histórico sem as “experiências concretas do tempo passado”. Na verdade, esse reconhecimento da importância das fontes históricas para a produção do conhecimento histórico é uma unanimidade entre as diversas tendências históricas – nem mesmo, “relativistas” como Hayden White ou Foucault abdicaram-se da necessidade do uso das fontes no trabalho histórico.
- 4) *Formas de apresentação*: é a transformação do conhecimento histórico num texto escrito, ou seja, uma “representação narrativa da continuidade temporal do passado, presente e futuro”. Rüsen é consciente do fato de que a escrita da história não é um relatório frio e objetivo da pesquisa. Ela está permeada de elementos poético-retóricos. Aqui a dívida de Rüsen com os narrativistas¹ é clara e evidente, quando faz um elogio direto ao seu maior “rival”: “Hayden White os descreveu como ‘poéticos’ e alcançou, com isso, uma influência altamente benéfica sobre o debate na teoria da história” (RÜSEN, 2007, p. 25). Além dos elementos estéticos, a escrita da história incorpora elementos culturais, já que está voltada para um público de quem pretende satisfazer demandas por sentidos.
- 5) *Funções de orientação existencial*: são as diversas funções culturais que o texto histórico exercerá numa sociedade. Depois de pronta, a obra histórica é apropriada para os mais diversos usos e funções: na produção de livros

¹ Outro autor importante e pioneiro em reconhecer o papel específico da narrativa histórica foi Michel Certeau, que percebeu uma espécie de “distorção” na escrita histórica: “só uma distorção permite a introdução da “experiência” numa outra prática, igualmente social, mas simbólica, escriturária, que substitui a autoridade de um saber pelo trabalho de uma pesquisa. O que é que o historiador fabrica quando se toma escritor? Seu próprio discurso deve revelá-lo.” (CERTEAU, 1982, p. 95)

didáticos de História para o Ensino Básico, na produção de filmes e novelas históricas, na inspiração de obras arquitetônicas, na criação da moda, na elaboração de romances literários ou poesias, etc. Mas o mais importante do que tudo isso é que as narrativas históricas contribuem para a legitimação da identidade dos diversos grupos sociais.

Como se percebe, não há nenhuma novidade substancial nesses cinco elementos apresentados por Rüsen. Mas como bem notou Pedro Caldas (2008, p. 08), Rüsen disse o óbvio que ninguém tinha dito antes. É lugar comum que o conhecimento histórico é produzido a partir de uma indagação do presente, que os historiadores usam conceitos e categorias para interpretar os fatos, que o trabalho metódico com as fontes é essencial na produção do conhecimento do passado, que existem elementos retóricos na narrativa histórica e que o conhecimento histórico é essencial para a fundamentação da identidade coletiva. No entanto, o modo como Rüsen concatenou cada um desses elementos, criando um modelo formal de análise do conhecimento histórica não foi, de modo algum, banal.

A Matriz Disciplinar responde a uma secular pergunta – formulada pela primeira vez por Croce: “o que faz com um livro de história seja história?”, ou seja, qual a diferença entre a História produzida por um profissional daquela produzida por amadores? Para Rüsen, as narrativas históricas científicas terão os cinco elementos, enquanto as outras narrativas que tematizam o passado não terão um método de tratamento das fontes, conceitos ou uma narrativa bem fundamentada. Qualquer narrativa sobre o passado pode partir de interesses culturais e fundamentar a identidade de grupos, mas apenas a narrativa histórica “científica” faz isso de modo racional. Isso significa que o conhecimento histórico racional

Não se contenta em apenas afirmar alguma coisa sobre o passado da humanidade, mas indica sempre as razões para tanto, por que se deveria aceitar tal afirmação e por que as que dizem outra coisa não convenceria. “Razão” quer, pois, designar o que caracteriza o pensamento histórico que se processo na forma de um debate movido pela força do melhor argumento. (RÜSEN, 2001, p. 21).

Desse modo, a racionalidade do trabalho histórico estaria no debate entre os pares. No cotidiano da vida acadêmica, esse debate ocorreria nos seminários, nos simpósios, nas defesas de teses, nas conversas informais, nas resenhas; porém,

de maneira explícita ou implícita, o resultado desse debate é incorporado na narrativa histórica.

E o local explícito, no texto, em que esse debate entre os pares aparece com nitidez é as letrinhas pequenas das notas de rodapé. No século XIX, as notas eram a garantia da cientificidade do texto histórico, ao fazer referência aos documentos utilizados pelo historiador no seu texto, permitindo a outrem conferir a veracidade de suas afirmações. Essa função ainda existe, mas agora a teoria da História de Rüsen permite vislumbrar, nas notas de rodapé, um papel importante na racionalidade do texto histórico, ao possibilitar ao leitor acompanhar o debate travado entre os pares. É geralmente, por meio de notas, que os historiadores citam outros historiadores que corroboram suas afirmações ou confrontam suas afirmações com as posições contrárias. É evidente que esse confronto ou diálogo pode acontecer no corpo do texto, por meio da citação direta; mas o diferencial das notas é o fato de elas possibilitarem um espaço institucionalizado socialmente para esse reforço de argumentação.

O próprio Rüsen, em seu texto permeado de notas, fornece exemplos dessa função argumentativa das notas de rodapé. Assim, a afirmação do seu texto de que “a produção de determinadas carências é sempre também um processo de produção de novas carências” (idem, p. 57) é acompanhada da seguinte nota de rodapé “Assim, por exemplo, na antropologia de Karl Marx, como exposta no capítulo sobre Feuerbach na ‘Ideologia Alemã’” (idem, p. 57, nota 5). A afirmação no corpo do texto é perfeitamente clara, o que dispensaria a necessidade da nota. No entanto, a função desta nota não é a de dotar o texto de clareza, mas de reforçar a argumentação, buscando a autoridade de um clássico do calibre de Marx. É uma forma de persuadir o leitor a acreditar nas palavras do texto, buscando o aval de outro intelectual de peso.

Por outro lado, as notas de rodapé são utilizadas também para marcar um distanciamento em relação a uma posição contrária. Apesar desse tipo de nota ser bastante rara em Rüsen, o que denota uma personalidade simpática e apaziguadora, é possível encontrá-la em alguns momentos, como quando ele discorda, amavelmente, da concepção de Jeismann:

Jeismann propôs, em sua didática do ensino de história, como operações essenciais do aprendizado: análise, juízo objetivo, valoração. Creio que 'experiência, interpretação e orientação' são mais abrangentes e fundamentais, sem ficarem restritas ao campo cognitivo da ciência da história, que parece ser o único interesse de Jeismann. (RÜSEN, 2007, p. 110, nota 22).

A nota reconstitui com clareza o debate entre dois profissionais sobre quais são as operações essenciais para o aprendizado da história: Jeisman afirma que seriam "análise, juízo objetivo e valoração"; por outro lado Rüsen afirma que seriam "experiência, interpretação e orientação". Para o leitor que não conhece Jeisman, a impressão é que Rüsen tem os melhores argumentos, já que ele conduz o debate.

Enfim, baseado na formulação de Rüsen, segundo a qual a narrativa histórica é uma arena de argumentação, pretende-se, a seguir, analisar as notas como elementos argumentativos num autor prolixo como Gilberto Freyre.

III. O uso das notas de rodapé por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*

Casa Grande e Senzala, livro publicado por Gilberto Freyre em 1933, é um marco na história intelectual brasileira. Tornou-se um clássico literário, ultrapassando os limites restritos do campo das Ciências Sociais e da História: foi adaptado para o teatro, enredo da Mangueira no carnaval de 1962 e transformada em história em quadrinhos¹. A obra foi traduzida para vários países e elogiada por intelectuais do quilate de um Barthes Febvre, Braudel e Fernando Henrique Cardoso². Geralmente, os admiradores ressaltam os seguintes méritos da obra: foi a primeira a utilizar sistematicamente o conceito de cultura para interpretar a realidade brasileira, rejeitando o conceito de raça; fez a história da colonização brasileira sem priorizar os acontecimentos político-administrativos; utilizou fontes inusitadas e diversificadas; reforçou a influência do negro e do indígena na cultura

¹ A adaptação do texto foi feita por Estevão Pinto (2005) e as ilustrações foram feitas por Ivan Wasth Rodrigues.

² Necessário lembrar que os três últimos intelectuais citados prefaciaram diferentes edições do livro: Braudel a edição publicada na Itália, Febvre a tradução publicada na França e Cardoso a edição brasileira de 2006.

brasileira; foi pioneira em fazer uma história do cotidiano brasileiro; utilizou uma forte base teórico-metodológica, baseando-se em autores como Weber, Dilthey e Boas; interpretou o passado brasileiro de maneira não evolucionista e progressista; abordou temas inusitados, tais como o odor, o corpo, a sexualidade, dentre outros¹, etc.

No entanto, esses elogios não foram suficientes para que essa obra escapasse das críticas e das polêmicas. As críticas foram muitas e de diversos tipos: fraqueza metodológica, já que muitas de suas teses não se apoiariam em base empírica consistente; seu discurso é repleto de coloquialismo e linguagem chula, imprópria para um texto científico; sua motivação ideológica seria justificar o modo de vida patriarcal nordestino, do qual demonstraria um intenso saudosismo; seu modo ameno de abordar a escravidão brasileira serviria ao perverso propósito de defender uma falsa democracia racial brasileira; seus elogios à colonização portuguesa serviria aos propósitos imperialistas de justificar a colonização portuguesa na África e Ásia; seus limites interpretativos seriam supervalorizados, uma vez que transpôs elementos da realidade nordestina inadequadamente para toda realidade brasileira; sua análise foi feita da janela da Casa Grande, o que explica o seu tom patriarcalista; seu autor possui posições políticas conservadoras e direitistas.

Na verdade, ser polêmico e suscitar discussões apaixonadas é a marca dos grandes livros, como *O Capital*, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, *O mal-estar da civilização*, dentre outros. Por isso, apesar das críticas e das polêmicas, não é possível negar que *Casa Grande & Senzala* é um grande e belo livro sobre a realidade histórico-sociológica brasileira. É um clássico, no sentido defendido por Gadamer² em *Verdade e Método*.

¹ Cabe aqui citar a opinião de um dos grandes admiradores contemporâneos de Freyre – Peter Burke (2005, p. 144): “Foram feitas referências ocasionais ao som do passado por Johan Huizinga e Gilberto Freyre, que descreveu o rumor das saias nas escadas da casa grande no Brasil Colonial. Freyre, além disso, descreveu o odor dos quartos de dormir no Brasil do século XIX, uma combinação de cheiros de pés, mofo, urina e sêmen.”

² O que é clássico é aquilo que se diferenciou destacando-se dos tempos mutáveis e dos gostos efêmeros; é acessível de modo imediato, mas não ao modo desse contato, digamos elétrico que de vez em quando caracteriza uma produção contemporânea, na qual se experimenta momentaneamente a satisfação de uma intuição de sentido que supera toda expectativa consciente. Antes é uma consciência do ser permanente, uma consciência do significado imorredouro, que é

Desse modo, uma obra de tamanha dimensão merece ser lida e analisada com rigor. E de fato foi. As edições de *Casa Grande & Senzala* em língua portuguesa já chegam ao espantoso número de 48, mais do que o dobro das de *Formação do Brasil Contemporâneo*, outro livro clássico da historiografia brasileira que possui 23 edições. O número de estudos sobre a concepção historiográfica de Freyre é impressionante, sendo impossível resenhá-los todos nos limites desse espaço.

No entanto, ainda subsiste uma parte substancial de *Casa Grande & Senzala* que não foi analisada sistematicamente: as notas de rodapé. Na verdade, é possível afirmar que essa parte do texto foi pouco lida, já que pouquíssimos autores citam as notas em suas análises da obra. No entanto, as notas de rodapé são elementos fundamentais para a compreensão plena do texto; caso contrário, o autor não as teria escrito em tamanha quantidade. Freyre já foi chamado de “prefaciomaníaco” pela quantidade e tamanho de seus prefácios. No entanto, seria mais adequado chamá-lo de “notemaníaco” pela quantidade e densidade das notas de rodapé presentes em *Casa Grande & Senzala*. A tabela a seguir ilustra, quantitativamente, o espaço das notas de rodapé e dos prefácios no corpo principal do texto:

Tab. 1 - Estrutura de *Casa-Grande & Senzala* (em número de páginas)

Corpo principal do texto:		Corpo secundário do texto:	
Capítulos	Quant. de pag.	Prefácios e notas	Quant. de pag.
Capítulo 1	54	Notas do capítulo 1	33
Capítulo 2	73	Notas do capítulo 2	26
Capítulo 3	74	Notas do capítulo 3	19
Capítulo 4	96	Notas do capítulo 4	30
Capítulo 5	53	Notas do capítulo 5	16
		Seleção de prefácios	44
Total:	350	Total	168
(porcentagem)	67%	(Porcentagem)	33%

Fonte: confeccionada a partir da 31ª edição de *Casa-Grande e Senzala* (Editora Record, 1996)

independente de toda circunstância temporal, o que nos induz a denominar algo de clássico, uma espécie de presente intemporal que significa simultaneidade para com qualquer presente. (GADAMER, 1997, p. 432).

Nota-se que cerca de 1/3 de *Casa-Grande & Senzala* é composto por partes consideradas secundárias, como o prefácio e as notas de rodapé. É muita coisa para ser relegada a um segundo plano. Muitos aspectos interessantes da obra de Freyre poderão ser levantados no estudo sistemático dessas notas e prefácios.

Nessa pesquisa, destacou-se, por meio da análise das notas de rodapé, uma característica fundamental da narrativa de Gilberto Freyre: o seu caráter dialógico e o seu estilo coloquial. Poucos autores no mundo levaram tão a sério a idéia, posteriormente formulada por Rüsen, de que a racionalidade da narrativa histórica é garantida pelo diálogo entre o historiador e seus pares. No seu texto, principalmente nas notas de rodapé, Freyre conversa com uma infinidade de autores. Por isso, sua obra é o melhor exemplo para mostrar como as notas de rodapé contribuem para o reforço de argumentação do texto histórico.

Freyre, como um bom antropólogo, mostrou ser uma pessoa sem preconceitos, como demonstra a sua famosa entrevista a revista *Playboy*, em março de 1980, em que confessa uma experiência homossexual¹. Do mesmo modo, como intelectual, Freyre não se furtou a conversar com autores de diversas tendências teórico-metodológicas, inclusive com autores marxistas, geralmente os mais ferrenhos críticos de sua obra. Quando disserta sobre o peso do latifúndio escravista na caracterização social do Brasil, Freyre não tem pudor de apoiar-se no famoso livro de Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, inclusive elogiando com veemência a obra:

E em um trabalho extraordinário, também se mostra de acordo com nossa interpretação e caracterização dos fatos de formação agrária da América Portuguesa o Sr. Caio Prado Júnior, ao destacar que na colonização portuguesa do Brasil o elemento fundamental foi “a grande propriedade monocultural trabalhada por escravos” [...] E ainda, em uma confirmação, para nós honrosa, da idéia esboçada por nós neste ensaio, desde 1933, sob forma do complexo casa-grande e senzala: ou do sistema patriarcal agrário, isto é, latifúndio, monocultura e trabalho escravo (FREYRE, 2006, p. 353, nota nº88).

Ao mostrar no texto, por meio do texto da nota, pioneirismo e afinidade de idéias com o importante historiador brasileiro, Freyre adiciona ao texto autoridade na sua argumentação, mostrando que a sua interpretação do passado brasileiro

¹ A entrevista está reproduzida no seguinte sítio eletrônico:
<http://bvfgf.fgf.org.br/portugues/vida/entrevistas/playboy.html>

não é solitária, nem descabida. Por outro lado, diálogo não significa concordância nem discordância plena: pode-se concordar ou discordar em partes. Isso fica evidente quando Freyre argumenta sobre a importância de se considerar a família patricarcal como unidade básica da colonização brasileira e leva em conta as admoestações de Caio Prado e Nelson Werneck Sodré sobre a dificuldade de se constituir família no Brasil colônia em bases sólidas e estáveis (Freyre, 1996, p. 64, nota 55). Ao levar em conta as considerações dos historiadores marxistas, aparentemente contrárias ao seu argumento, Freyre é obrigado a sofisticar a sua argumentação, mostrando que o fato de haver poucas uniões matrimoniais formais não significava a ausência de um forte sentimento de família. Para corroborar sua tese, Freyre, nesta longa nota, cita exemplos empíricos (até os padres possuíam famílias informais, era grande o número de crimes em defesa da família) e estudiosos do assunto com idéias convergentes as suas (René Ribeiro, Donald Pierson) e as observações de uma testemunha ocular, o Frei Plácido de Messina que esteve em Pernambuco em 1842. Dialeticamente, num exercício retórico-argumentativo, Freyre demonstra que a tese dos dois historiadores marxistas sobre a fraqueza da família formal não invalida a sua da força da unidade familiar na colonização brasileira.

O mesmo artifício é utilizado no diálogo com outro importante historiador da geração de 1930, Sérgio Buarque de Holanda, em relação à predisposição ou não do povo português para a agricultura. Holanda defende a tese de que os portugueses eram mais mercadores do que agricultores. Freyre, por sua vez, concorda em parte com seu colega, alertando somente para o perigo das generalizações, uma vez que o povo português “tornou-se um dos fundadores da moderna agricultura nos trópicos por meio de combinações de métodos e valores trazidos da Europa com métodos e valores indígenas” (FREYRE, 2006, p. 350, nota 85).

Por outro lado, consegue-se também o reforço da argumentação por meio da discordância com outros estudiosos do tema. Numa de suas notas, Freyre dialoga com o historiador norte-americano Waldo Frank sobre quem era mais europeu: o português ou espanhol. Para Frank, os lusitanos são mais europeus do

que os hispânicos, porque possuem uma fraca linhagem semítica e uma forte linhagem gótica. Já a posição de Freyre é inversa:

Pensamos exatamente o contrário: que o português sendo mais cosmopolita que o espanhol, é entretanto dos dois talvez o menos gótico e o mais semita, o menos europeu e o mais africano: em todo o caso o menos definidamente uma cousa ou outra." (Idem, 1996, p. 55, nota 13).

É justamente na discordância que Freyre demonstra a sua melhor capacidade argumentativa. Um "duelo" interessante foi com o brasilianista Alexander Marchant, cuja obra *Do escambo à escravidão*, publicada no Brasil em 1943, que, utilizando informações do *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, colocou em xeque a tese de Freyre da má alimentação dos brasileiros na época colonial, ao afirmar que a alimentação dos baianos era rica em frutas e verduras. Freyre vai demolindo o argumento contrário a uma das suas principais teses aos poucos: primeiramente, ele aventa uma explicação vaga, sem forte base empírica:

se houve então essa abundância desses e de outros produtos destinados à alimentação, parece que foi por um curto período durante o qual os primeiros colonos da Bahia puderam combinar com a grande lavoura tropical, inimiga da policultura, seu velho gosto pela horticultura (Idem, nota 113).

Depois, como que reconhecendo a fragilidade do seu enunciado, Freyre aprimora a sua argumentação, amparando-se agora em documentos empíricos:

No princípio do século XVII, Salvador padeceria – é verdade que concorrendo então para a escassez de alimentos a situação de guerra no norte – de falta até de farinha de mandioca, como indicam documentos recentemente publicados (*Documentos Históricos do Arquivo Municipal – Atas da Câmara – 1625-1641*). (idem)

No entanto, a argumentação ainda não é totalmente convincente, porque, como o próprio Freyre reconheceu, trata-se de uma documentação referente a uma época de exceção e que, por isso, não poderia ser generalizada. Então Freyre aplica o seu golpe decisivo, desqualificando a obra de Fernão Cardim, que foi a base sólida dos argumentos de Marchant:

Do próprio Cardim, aliás, deve-se ter em contra – insistamos neste ponto – seu caráter de 'padre visitador', excepcionalmente bem recebido nas cidades e engenhos, do mesmo modo que com relação aos tratados de Gandavo devemos nos recordar, com o arguto Capistrano de Abreu, que eram de certo modo propaganda para induzir europeus a virem para o Brasil como colonos. (idem).

A estratégia final de Freyre foi utilizar Capistrano de Abreu, reconhecidamente um mestre na crítica documental, para mostrar que a interpretação do passado feita pelo brasilianista foi baseada numa fonte que também não era confiável, porque retratava a exceção e não a regra geral.

Freyre foi pródigo no uso de notas de rodapé, porque a sua forma de argumentar sempre levava em conta o trabalho de historiadores ou de outros intelectuais de sua época ou de tempos mais remotos. Por exemplo, é comum dizer entre os estudiosos da historiografia brasileira que praticamente ninguém lia Manoel Bonfim¹; pelo menos Gilberto Freyre leu, como revelam as notas 73 (idem, p. 23, nota 73) e 138 (idem, p. 400, nota 138) que, respectivamente, demonstra uma leitura atenta de *Brasil na América e América Latina: males de origem*. Freyre não se furta em conversar mesmo com historiadores “inatuais”: Varnhagen, Oliveira Viana, Nina Rodrigues, Paulo Prado, dentre muitos outros estudiosos da história brasileira, poetas, literatos e pessoas comuns.

Desse modo, *Casa Grande & Senzala* foi um livro construído aos poucos. Desde 1933, cada edição o autor foi incorporando cada vez mais notas para refutar os críticos ou modificar o texto. Por exemplo, a nota 106 do capítulo 1 traz uma longa digressão de Freyre sobre uma correspondência recebida de São Paulo, que critica o emprego do termo “sistema” digestivo ao invés de “aparelho” como “asneira”. Freyre capitula-se passando a utilizar o termo “aparelho” nas edições posteriores, mas não antes de fazer uma erudita análise filológica do termo “sistema” em inglês, grego e francês, e reclamar da aspereza do crítico: “Daí nos parecer haver no mínimo lastimável exagero na qualificação da expressão ‘sistema digestivo’ como ‘asneira’” (Idem, 1996, 76, nota 106).

Assim é o estilo de Gilberto Freyre: coloquial e despojado. Serviu-se de boa parte de suas novecentas e sessenta e quatro notas de rodapé em *Casa Grande* para dialogar com os pares, aprimorando a sua argumentação e a racionalidade do texto. Mas as notas também serviam como arma para vencer e humilhar o adversário. Se Rösen disse que, no conhecimento histórico, vence aquele que tiver

¹ Sobre essa tese em relação a Bomfim, ler VENTURA e SUSSEKIND (1985), REIS (2003) e MAIOR (1993).

o melhor argumento perante os pares, Freyre foi o protótipo do historiador-argumentador.

Conclusão

Enfim, esta pesquisa visou basicamente mostrar a importância das notas de rodapé na análise do texto historiográfico. Longe de serem mero apêndices do texto, as notas têm uma função bastante importante dentro do conhecimento histórico: elas são, por excelência, o local em que os historiadores podem dialogar com seus pares e, assim, executar a proposta de Jörn Rüsen de utilizar o melhor argumento na interpretação do passado, garantindo assim o mínimo de racionalidade ao texto histórico.

Na obra principal de Gilberto Freyre, as notas de rodapé demonstram bem o uso de notas de rodapé como reforço de argumentação. Essa constatação é importante porque depõe contra aqueles que consideram *Casa Grande & Senzala* como um livro literário, ensaísta, repetitivo e sem metodologia. O livro possui os três princípios da Matriz Disciplina de Rüsen que conferem cientificidade à obra histórica: conceitos e categorias, princípios de pesquisa e uma narrativa fundamentada racionalmente, já que procura sempre depurar-se no diálogo entre os pares para encontrar o melhor argumento.

No entanto, não se deve pensar que as notas de rodapé possuem apenas um propósito racional em Freyre. Às vezes, elas são utilizadas, num monólogo, para ilações discutíveis, como, por exemplo, a afirmação de que a colonização da Amazônia brasileira só ocorreria com “O desenvolvimento e barateamento da técnica de ar condicionado e de outras formas de domínio do clima pelo homem civilizado” (, 1996: 57, nota 16). Além disso, a quase ausência de diálogo com os intelectuais pioneiros da Universidade de São Paulo pode ser revelador de um certo rancor de quem recebeu títulos e prêmios do exterior, mas foi preterido de lecionar na primeira universidade do País. O que mostra que a função das notas não é apenas argumentativa, mas também retórica.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CALDAS, Pedro Spínola Pereira. "A arquitetura da teoria: o complemento da trilogia de Jörn Rüsen". In *FENIX: Revista de História e Estudos Culturais*. Vol. 5, ano 6, n. 1. Janeiro/fevereiro/março de 2008. P. 1-9.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CROCE, Benedetto. *História como história da liberdade*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Petrópolis: RJ: Vozes, 1997.
- GAERTNER, Lisandro. "A História das Notas de Rodapé". Rio de Janeiro: 2002. In. <http://www.digestivocultural.com>. Acesso: mar. 2008.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição – pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Ed. Papiros, Campinas, 1998.
- MAIOR, Laércio Souto Maior. *Introdução ao pensamento de Manoel Bomfim*. SP: Instituto Mario Alves de Estudos Políticos, 1993.
- PINTO, Estêvão (adaptação). *Casa Grande & Senzala em quadrinho: Gilberto Freyre*. Ilustrações de Ivan Wash e colorização de Noguchi. São Paulo: Global, 2005.
- REIS, José Carlos. *Identidades do Brasil: de Calmon a Bomfim*. Vol.2. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RÜSEN, Jörn. *A razão histórica*. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- RÜSEN, Jörn. *História Viva*. Brasília: Editora da UnB, 2007.
- STONE, Lawrence. "O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma velha e nova história." *Revista de História*, nº 2/3. IFCH, Unicamp, 1991.
- VENTURA, Roberto e SUSSEKIND, Flora. *Uma teoria biológica da mais valia*. SP: Ed. Moderna, 1985.